

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016**

2 **Data:** 28 de julho de 2016

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório Musolino da Secretaria Estadual da Saúde

5 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6 **SEGMENTO ESTADO**

7	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
8	Claudete Marta Hahn	Fundação Florestal
9	Claudia Helena Leite	EMPLASA
10	Claudinei Languer	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
11	Gerson Salviano Almeida Filho	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
12	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
13	Hélio Rubens Figueiredo	SABESP
14	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria de Meio Ambiente
15	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
16	Leticia Roberta Trombeta	EMPLASA
17	Maria Magdala de Brito Ramos	Secretaria da Saúde
18	Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
19	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
20	Valentina Denizo	Secretaria da Habitação / CDHU
21	Ruy Waldemar Sellmer	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE

22

23 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

24	Antonio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
25	Luiz Henrique Zanetta	Guarulhos
26	Erika Martins	São Bernardo do Campo
27	Francisco Nascimento de Brito	Embu das Artes
28	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
29	João Ricardo G. Caetano	São Bernardo do Campo
30	Karin Kelly da Silva	Ribeirão Pires
31	Magner Alandey Dantas da Silva	Santo André
32	Marcelo Rodrigues da Motta	Itapecerica da Serra
33	Natalia Domingos Lima da Silva	Ferraz de Vasconcelos

34

35 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

36	Carlos Américo Kogl	Sindicato dos Arquitetos de São Paulo - SASP
37	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO – SP
38	Danilo Henrique Stavro Duarte	CIESP – São Bernardo do Campo
39	Edson Benotti	ACISE
40	Francisca Adalgisa da Silva	APU
41	Francisco de Assis R. Além	CIESP São Paulo
42	Francisco Silveira Mello Filho	SINDAREIA
43	Hillmann Carlos Henrique Albrech	CIESP - Cotia
44	Juliana Geseira	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes

45	Jumara Bocatto	Assoc. Band. dos Eng. Arq. e Agr. de Itap. da Serra
46	Olavo Alberto Prates Sachs	AE SABESP
47	Osni de Mello	Sind. da Ind. de Mineração de Pedra - SINDIPEDRAS
48	Ricardo Ferraz	CIESP - Oeste
49	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
50	Shindi Kiyota	Associação Universidade da Água - UNIÁGUA

51

52 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

53	Edésio Gersel Brancatti Rocca	SENAI
54	Elias Zitune	SECOVI
55	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes
56	Sergio Luiz Damiani	Secretaria da Educação
57	Tatiana Barreto Serra	Ministério Público
58	Vanessa Dias	SINDUSCON-SP

59

60

61 **1.Abertura:** O Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Alto Tietê – CBH-AT, Francisco
 62 Além, justificou a ausência do Presidente, Francisco Nascimento de Brito e abriu a reunião em
 63 segunda chamada após constatar a existência de *quórum*, agradecendo à Secretaria da Saúde,
 64 em especial ao seu representante, Luiz Sérgio Valentim, pela sua intermediação na cessão do
 65 espaço. **2. Leitura, discussão e votação da ata da 6ª Reunião Plenária de 2016, realizada**
 66 **em 28/06/2016.** Após alterações solicitadas por Ronaldo Vasques (FIESP) e inclusão do nome
 67 da Laura Stela Naliato Perez (SMA), a ata foi aprovada por unanimidade. **3. Expediente,**
 68 **Comunicações e Ordem do Dia.** Amauri Pollachi (Secretário do CBH-AT) destacou: (i) reunião
 69 do Ministério Público que foi realizada pelo Promotor Ricardo Manuel Castro, onde se discutiu,
 70 em conjunto com a SABESP, ANA e DAEE, as informações sobre os reservatórios do Sistema
 71 Cantareira e também sobre a inundação em março de 2016 no município de Franco da Rocha;
 72 (ii) reunião conjunta com todas as câmaras técnicas em 12 de julho, onde foram discutidos
 73 assuntos pertinentes ao do Plano da Bacia e a formação de um grupo de trabalho que
 74 acompanhará a sua elaboração. Comentou também que o Plano será realizado em duas etapas
 75 sendo uma delas para conclusão até o final deste ano e a segunda etapa para o final de 2017;
 76 (iii) realização do evento “Cultivando Água Boa - CAB”, em conjunto com o Instituto Ecoar e a
 77 Itaiou Binacional, em 21 de julho na Secretaria da Agricultura. Informou sobre a possível
 78 reaplicação deste programa em algumas áreas (microbacias) do Alto Tietê; e (iv) informou
 79 sobre as próximas agendas das reuniões das câmaras técnicas. Francisco Além informou que
 80 os representantes da Sociedade Civil se reúnem periodicamente para discussão de temas
 81 julgados importantes, os quais estão sendo trazidos ao Comitê como itens de pauta das
 82 reuniões plenárias. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Deliberação CBH-AT nº 27/2016, que**
 83 **dispõe sobre a indicação de empreendimentos FEHIDRO cancelados, em atendimento a**
 84 **Deliberação COFEHIDRO nº168/2016.** Josué Barranco (coordenador da Câmara Técnica de
 85 Gestão de Investimentos – CTGI) informou que em 22 de julho, os membros desta câmara se
 86 reuniram para discutir a Deliberação COFEHIDRO nº 168, que prorrogou o prazo para os
 87 empreendimentos que foram indicados pelo CBH-AT, que ainda não haviam assinado contrato
 88 ou recebido a primeira parcela. Comentou que na reunião da CTGI foram apreciadas as
 89 justificativas apresentadas pelos tomadores cujos empreendimentos estão relacionados nos
 90 anexos da referida deliberação COFEHIDRO. A CTGI entendeu serem pertinentes as

91 alegações dos tomadores e, por decisão unânime de seus integrantes, propõe ao Plenário o
92 prosseguimento dos empreendimentos. Amauri Pollachi informou que a deliberação em
93 discussão confirma a continuidade dos empreendimentos até que sejam solucionados os
94 problemas administrativos e burocráticos que impedem a liberação do recebimento da primeira
95 parcela ou da contratação. Não houve intervenções e submetida a votação, a deliberação foi
96 aprovada com duas abstenções e um voto contrário. **5. Apresentação sobre o**
97 **empreendimento FEHIDRO 2013-AT-629 “Mapeamento Temático e Sistemático de Uso e**
98 **Ocupação do Solo da Bacia do Alto Tietê e da RMSP”, a cargo do tomador EMPLASA.**
99 Após convidada para apresentação, Priscila Masson (EMPLASA), responsável pelo projeto
100 FEHIDRO e gerente de cartografia da Emplasa, justificou o motivo pelo qual foi solicitado à
101 Emplasa a elaboração deste empreendimento. Informou que a empresa é responsável pelo
102 sistema cartográfico metropolitano, mencionando os decretos estaduais 10.951 e 61.486/2015.
103 Informou ser representante do ESTADO na Comissão de Cartografia e recentemente foi
104 indicada para à presidência do Fórum Regional. Comentou que o sistema cartográfico passou
105 a ser integrado pelo acervo da Emplasa e também do Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC.
106 Disse ainda que a Emplasa é responsável pela implantação, coordenação, administração e
107 execução das ações relativas às atividades necessárias à produção de cartografia e temática
108 de interesse comum. Referente ao projeto FEHIDRO: “Mapeamento Sistemático e Temático de
109 Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP e Bacia Hidrográfica
110 do Alto Tietê – BHAT”, informou que as categorias de informação, tais como: hidrografia, relevo,
111 vegetação, sistemas de transportes, abastecimento de água e saneamento básico, limites, etc.,
112 são adquiridos da Estrutura de Dados Geoespaciais Vetoriais - EDGV. Comentou que para que
113 esse projeto pudesse ser feito, contou com produtos que foram executados na primeira etapa
114 do projeto. O projeto Fehidro é entendido como a segunda etapa do projeto, pois faz parte de
115 uma construção maior, englobando todo o território do Estado. Aproveitou o momento para
116 solicitar subsídios aos municípios e órgãos públicos para fornecimento de dados, pois o projeto
117 é na verdade um enorme banco de dados, ressaltando a importância de sua atualização.
118 Finalizada a apresentação, Francisco Além agradeceu à palestrante e abriu para os
119 questionamentos. Érika Martins (Prefeitura de São Bernardo do Campo) perguntou sobre as
120 possibilidades de uso do sistema e da plataforma para atendimento da legislação da proteção
121 dos mananciais, no que se refere a implantação do sistema de gerenciamento de informações,
122 questionou até que ponto a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos conseguirá fazer
123 gestão juntamente com a Emplasa para que se possa aproveitar ao máximo as informações
124 que já estão previstas e unir novos dados, isto é, em que pé está a contratação do Sistema de
125 Gerencial de Informações - SGI. Priscila Masson esclareceu que todo o levantamento de dados
126 é feito conforme o modelo nacional. Amauri informou que foi elaborado pelo SGI um projeto,
127 contudo, há um pacote pronto para sua implementação já com termo de referência, edital,
128 orçamentos finalizados pela Unidade de Gerenciamento de Programa – UGP da Secretaria de
129 Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH. Francisco Piza (Diretor-Presidente em exercício da
130 FABHAT) esclareceu que, com relação a estrutura, a FABHAT solicitou autorização do Governo
131 para rever a sua estrutura e possa ser atuante na área de geoprocessamento. Disse ainda que
132 a coleta de dados para elaboração do Relatório de Situação 2015/2016, está baseada nos
133 sistemas Datageo da SMA, e da Emplasa. Carlos Kogl (SASP) solicitou informações sobre o
134 orçamento do projeto da Emplasa referindo-se aos R\$14 milhões mostrados em um gráfico
135 apresentado. Priscila esclareceu que o recurso não vem somente do FEHIDRO, mas também

136 de outras fontes. O FEHIDRO tem valor fixo com base em 2013 e o projeto teve início de
137 execução no final de 2015. Informou também que não há contrapartida formal e sim de
138 compromisso de que a Emplasa fizesse parte do investimento, pois se trata de um investimento
139 elevado. Jumara Bocatto (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itapeverica da Serra -
140 AEAIS) questionou se todo o trabalho irá ficar disponível, não somente para os municípios, mas
141 também para a sociedade civil. Henrique Zanetta (Secretário de Meio Ambiente do município
142 do Guarulhos) questionou se o mapeamento da Emplasa já pode ser utilizado como documento
143 válido nas avaliações e licenciamentos ambientais. Priscila confirmou a exatidão dos dados
144 bem como sua disponibilização. Francisco Além agradeceu à Priscila pelo trabalho e pela
145 explanação. **6. Apresentação sobre “Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental das
146 APRM”, a cargo da SSRH/UGP:** Francisco Além convidou o Sr. Ricardo Araújo (coordenador
147 da SSRH/UGP) para apresentação. Ricardo agradeceu o convite e informou que a
148 apresentação se dará em duas etapas, sendo a segunda a ser apresentada pelo coordenador
149 do projeto, Sávio Mourão, por parte da empresa contratada. Informou que esteve neste Comitê
150 no ano anterior e nesta época, o trabalho estava sendo iniciado. A apresentação é para informar
151 como o trabalho está atualmente. Informou que está trabalhando na revisão e atualização dos
152 Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPA em: Guarapiranga, Billings, Alto
153 Juquery, Alto Tietê Cabeceiras, Cabuçu, Tanque Grande e Cotia bem como a elaboração da
154 primeira versão dos PDPA’s do Guaió, Alto Jiquiá e Jaguari. Foram justificadas algumas
155 defasagens no atendimento ao cronograma devido aos trabalhos serem desenvolvidos em
156 todos os PDPA’s de forma simultânea, contudo, de uma forma geral os trabalhos estão entre as
157 fases três e cinco. Comentou que a contratada (Cobrape) já forneceu todos os diagnósticos e
158 esclareceu que os trabalhos estão sendo feitos em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente
159 – SMA. Apresentou parâmetros como: qualidade da água, ocupações irregulares, vetores de
160 crescimento urbano, uso do solo, cargas potenciais e afluentes, sistema de esgotamento,
161 dentre outras informações de cada Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRMs.
162 A expectativa é que todos os PDPA’s sejam entregues até dezembro/2016. Francisco Além
163 agradeceu aos senhores Ricardo Araújo e Sávio Mourão pela apresentação e abriu para as
164 intervenções. Jorge Rocco (CIESP) informou que se discutiu, numa reunião realizada em Cotia,
165 as informações referentes aos usuários industriais, onde foi levantada uma preocupação para
166 o Rio Cotia, pois a proposta traz um diagnóstico, que ainda não foi lido, contudo, é inserir dentro
167 da Lei Específica o enquadramento dos corpos d’água que trata da classe do rio em função de
168 captações pontuais e não de reservatórios. Trata-se de Comitês de Bacias fazerem o
169 enquadramento dos corpos d’água com base na resolução 357, principalmente no que se
170 estende a metodologia da resolução CNRH 91. Mostrou-se preocupado em colocar dentro da
171 lei específica a relação de enquadramento de corpos d’água diretamente com uso e ocupação
172 do solo, pois são metodologias diferentes. Cristiane Marins (SAAE - município de Guarulhos)
173 comentou que novamente os sistemas isolados de Guarulhos não estão contemplados nos
174 PDPA’s apresentados. Informou que a Cobrape precisa informar o que está sendo feito para os
175 municípios e não somente para as Secretarias. Sávio Mourão, em resposta ao Jorge Rocco,
176 informou que em reunião realizada em início de maio foi conversado sobre a condição da
177 indústria em áreas que não haviam leis, exemplificando a bacia do Rio Cotia, e também de
178 Jaguari e Guaió, etc. Informou que não há previsão de nenhum enquadramento dentro do
179 PDPA, pois este refere-se ao uso e ocupação do solo. Esclareceu que é utilizado o que já
180 existe de situação local de enquadramento, para colaborar com a situação de qualidade da

181 água mencionando que todos devem atender. Enfatizou que, não há proposta de qualquer
182 revisão de enquadramento nem no Cotia e nem em outros rios que são de mananciais. Jorge
183 Rocco questionou sob o ponto de vista da Lei de Mananciais de APRM que parte do princípio
184 da qualidade da água com o uso e ocupação do solo e de que forma será feito. A jusante de
185 reservatório, não deve haver proposta de uso e ocupação do solo que vai disciplinar os
186 municípios e todos os usuários ocupantes sem relacionar com qualidade. Questionou se a
187 proposta seria, portanto, de zoneamento. Sávio esclareceu que o limite da qualidade da água
188 já está posto, pela classificação. Disse que quando se trata de rio, não se consegue trabalhar
189 com fósforo, ao contrário que em reservatórios. O enquadramento é o critério que determina a
190 qualidade mínima de um rio, e, dentro deste enquadramento, há a Demanda Bioquímica de
191 Oxigênio – DBO, sendo este o de maior impacto das cargas de esgotamento para rios. Dados
192 o enquadramento e a vazão mínima de esgoto da Bacia se chega ao limite de carga para definir
193 o enquadramento num determinado ponto, exemplificando no Cotia onde resulta, na captação,
194 em 1.107 mg de DBO na classe III. É o rio mais permissível dos que captam água para
195 abastecimento atualmente na região metropolitana. Com esta informação, irá se complementar
196 com o uso e ocupação do solo e a produção de cargas difusas na região e qual a realidade que
197 se tem em 2015. É feito todo o planejamento de quais são as ações que são necessárias na
198 Bacia. Disse que o PDPA não tem nenhum olhar sobre enquadramento. Amauri esclareceu que
199 essa é uma discussão que deverá ser feita em momento apropriado e está previsto que na
200 próxima semana, será entregue ao Comitê, este PDPA do Cotia e recomendou que as
201 discussões ocorram no âmbito das Câmaras Técnicas. Ricardo Araújo, em relação ao
202 questionamento feito pela Cristiane, alegou não ter elementos para responder pois trata-se de
203 assunto a ser discutido em outro âmbito. Disse que o trabalho realizado ainda não foi entregue
204 e por isso não foi analisado. Enfatizou que a ideia é debater em todo lugar e por questões de
205 logística, uns estão mais avançados em relação aos outros, mas que todos serão finalizados.
206 João Ricardo (São Bernardo do Campo) informou a necessidade dos municípios se
207 apropriarem dos estudos que estão sendo feitos, antes de passar para a fase de cenários e
208 metas, pois influenciam diretamente na forma da administração das cidades. Para que o plano
209 seja um plano exequível é fundamental que isto esteja de acordo com a visão que se tem das
210 cidades. Exaltou que se for verdadeira a informação de que, em algumas regiões há o problema
211 do não atendimento de saneamento básico e, conseqüentemente, o aumento da carga ou o
212 não atingimento da carga meta, é preciso analisar que porções dos nossos territórios perderam
213 a qualidade de serem áreas de produção de água, e hoje estão sob jugo da Lei causando sérias
214 restrições ao uso do solo, quando se sabe que a solução do problema para aquela região é o
215 saneamento básico. Sugeriu para que os Comitês garantam a possibilidade de discussão deste
216 tema no âmbito da elaboração do PDPA antes da fase de metas. Érika Martins comentou as
217 seguintes situações: (i) a interligação relacionada a Guarapiranga, Billings e Alto Tietê e
218 questionando, ante essa transferência de água e Fósforo, se está sendo considerada a
219 correlação de uso e ocupação do solo de cada uma dessas Bacias de forma individual, sendo
220 que a transferência ocorre e não é previsível; (ii) eficiência de operação do sistema de
221 esgotamento sanitário, questionando se todo cálculo de cargas pressupõe que a operação está
222 100% e que o sistema opera o tempo todo, questionando quanto efetivamente foram
223 exportados da Bacia, informação que pode ser adquirida da operadora; e (iii) questionou quais
224 são as últimas tecnologias para futuros investimentos para o aumento de coleta, melhoria na
225 transposição de tratamento da operação para que se consiga reverter esta situação. Sávio, em

226 resposta às reversões, esclarece que um dos grandes objetivos do próprio sistema, que foi
227 criado em decorrência da crise hídrica, é justamente melhorar a distribuição de água entre todas
228 as bacias. Quanto a eficiência da operação dos sistemas, Ricardo Araújo alegou estar
229 contemplado, informando que quando teve participação do PDPA do Guarapiranga foi arbitrado
230 o índice de eficiência da margem direita e também para a margem esquerda com base em
231 dados. Isto está sendo considerado e inclusive é objeto de maiores discussões entre os que
232 estão trabalhando na elaboração dos documentos, isto é, a existência das redes, elevatórias,
233 quais os problemas enfrentados entre outras questões. Comentou em relação ao terceiro
234 questionamento que todo o instrumental deve sofrer atualizações e se a legislação enfatizar
235 que isso deve ser incorporado, o será. Informou que esta questão científica, de fato, não está
236 devidamente resolvida e alegou ser importante incorporar os avanços. Amauri finalizou
237 esclarecendo a importância que o comitê dá a este trabalho e que faz parte dos objetivos,
238 conforme o Estatuto, a questão da compatibilização dos recursos hídricos com a preservação,
239 recuperação de mananciais, uso do solo, promoção de desenvolvimento sustentável dentre
240 outros aspectos que são tratados no âmbito do PDPA. Também informou que as apresentações
241 desta reunião serão disponibilizadas no site do CBH-AT. **7. Apresentação sobre a situação**
242 **de revisão e elaboração das Leis Específicas de Mananciais, a cargo da SSRH;** Amauri
243 iniciou sua apresentação informando sobre as quatro Leis em vigor e os recentes decretos que
244 regulamentaram as leis do Alto Tietê Cabeceiras e Alto Juqueri. Esclareceu que a prioridade
245 agora é a elaboração da minuta de anteprojeto de Lei da APRM Cotia, destacando a obrigação
246 legal de que esta lei esteja encaminhada à Assembleia Legislativa até o final deste ano. Em
247 caso de não cumprimento ao prazo, a partir de janeiro de 2017 haverá impedimento à utilização
248 de recursos provenientes da cobrança pelo uso da água. Informou que na Bacia do Alto Tietê
249 restariam ainda as Leis Específicas de Guaió, Tanque Grande e Cabuçu. Espera-se que de
250 acordo com o produto do PDPA seja possível elaborar as respectivas legislações. Henrique
251 Zanetta (Guarulhos) informou que foi assinado recentemente um contrato para elaboração do
252 plano de manejo e gestão da APA Cabuçu e Tanque Grande. Deste contrato se prevê intensas
253 revisões, discussões e confirmações do que já foi elaborado. Sugeriu, em questão de
254 cronograma, trazer, assim que possível, esta empresa que foi contratada em reunião plenária
255 do Comitê no intuito de buscar a sinergia justificando ser uma oportunidade onde o próprio
256 município poderá se capacitar. Marcia Nascimento (SMA/CPLA) lembrou que além de Tanque
257 Grande e Cabuçu há também o Capivari Monos e questionou qual seria o encaminhamento
258 uma vez que também demanda uma substituição da lei da década de 70 ou se haverá algum
259 outro encaminhamento. Amauri esclareceu que também se espera a conclusão do PDPA, por
260 meio do qual deverá se propor o melhor encaminhamento. Jorge Rocco informou a necessidade
261 de averiguar a proposta do PDPA em relação à Bacia do Rio Cotia a fim de verificar se está de
262 fato adequado o conceito que está sendo proposto. Amauri esclareceu que haverá reunião da
263 Câmara Técnica de Planejamento e Articulação voltada para esta discussão, contudo,
264 primeiramente, é preciso o recebimento deste material. João Ricardo informou ter
265 conhecimento sobre um trabalho de revisão da resolução SMA 25/2013 que organiza o
266 licenciamento dos programas de recuperação de interesse social – PRIS e isto tem interferência
267 na aplicação da lei específica, do licenciamento, saneamento das regiões, etc. Questionou se
268 está previsto no cronograma e quando será discutido. Amauri esclareceu que em relação à
269 resolução SMA 25/2013 há uma discussão de revisão que está praticamente em estágio final.
270 Informou que está prevista uma reunião de grupo de trabalho intersecretarial para finalizar os

271 trabalhos de revisão e, a seguir, apresentá-la para discussão com os municípios. **8.**
272 **Apresentação do andamento dos trabalhos da Comissão do Processo Seletivo do Diretor**
273 **Presidente da FABHAT (CPS):** Cristiane Cortez (FECOMERCIO-SP e relatora da CPS) iniciou
274 sua apresentação informando que a CPS já se reuniu três vezes. Na primeira, foi feita uma
275 leitura da Deliberação e foi observado que precisaria ser alterada devido às próprias conclusões
276 do Plenário. Cristiane mostrou as alterações necessárias no documento destacando, por
277 exemplo, o inciso X do Artigo 6º, onde anteriormente estava escrito: “X - aprovar na etapa de
278 *classificação para entrevista final, conforme o Edital (Anexo I) e após as avaliações previstas,*
279 *a convocação para a participação de no máximo, 3 (três) candidatos*” ficando portanto desta
280 forma: “X - aprovar na etapa de *classificação para entrevista final, conforme o Edital (Anexo I)*
281 *e após as avaliações previstas, a convocação para a participação de no máximo, 3 (três) 10*
282 *(dez) candidatos*”. Ajustadas estas observações na Deliberação verificou-se a necessidade de
283 alterações também nos anexos (edital e termo de referência) para que as partes estejam
284 conectadas. Cristiane enfatizou que não foi alterada a maneira de como será feito o processo
285 seletivo e sim, somente os ajustes de acordo com o que foi mostrado. Érika Martins questionou
286 sobre a contratação da empresa de apoio. Cristiane respondeu que a contratação ainda não
287 está sendo feita porque ainda estamos na dependência do Governo do Estado de São Paulo
288 liberar o processo licitatório pela FABHAT. Amauri complementou informando que esta
289 contratação bem como outras contratações que estão acontecendo na FABHAT foram
290 encaminhadas ao Comitê Gestor, ente subordinado à Secretaria de Governo do Estado, para
291 avaliar todas as contratações que se enquadrariam como consultoria ou prestação de serviços
292 especializados da FABHAT informando que o calendário poderá sofrer alterações. **9.Outros**
293 **Assuntos:** Érika Martins comentou que em Ata de reunião anterior foi mencionado pelo
294 Presidente Chico Brito que seriam trazidas para a reunião de hoje informações sobre o Projeto
295 de Lei 192, contudo, a Assembleia entrou em recesso e tampouco os municípios encaminharam
296 manifestações em relação a este assunto. Sugeriu colocar como pauta este assunto em uma
297 das próximas reuniões Plenárias do CBH-AT, uma apresentação breve para que pudesse ser
298 discutido. Chico Além informou que a sugestão seria levada a próxima reunião de diretoria do
299 CBH-AT. Esta ata constitui o resumo dos registros de filmagem da reunião e foi elaborada pela
300 Secretaria Executiva do CBH-AT.